

LEGISLAÇÃO SECTORIAL

NACIONAL

§ Res. Cons. Ministros n.º 126/2008, 2008.08.26, PCM
Aprova as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar entre o Estado Português e a Lactogal, SGPS, SA., a Agros, UCRL., a Proleite, CRL, a Lacticoop, UCRL e a Lactogal - Produtos Alimentares, S. A., que tem por objecto a construção de uma unidade fabril, localizada em Oliveira de Azeméis.

▪ Decreto-Lei n.º 173/2008, 2008.08.26, MAOTDR
Estabelece o regime jurídico relativo à prevenção e controlo integrados da poluição, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2008/1/CE.

▪ Decreto-Lei n.º 174/2008, 2008.08.26, MEI
Aprova o Regulamento do Sistema de Reconhecimento e Acompanhamento de Projectos de Potencial Interesse Nacional (PIN) e revoga o Decreto Regulamentar n.º 8/2005.

▪ Decreto-Lei n.º 178/2008, 2008.08.26, MADRP
Define os critérios de aplicação e montantes de taxas a cobrar nos termos do Regulamento (CE) n.º 882/2004, relativo à inspecção sanitária dos produtos de origem animal e revoga os Decretos-Leis n.os 433/89 e 208/99.

R.A.AÇORES

§ NADA A REFERIR

COMUNITÁRIA

§ NADA A REFERIR

LEGISLAÇÃO GENÉRICA

NACIONAL

▪ Decreto-Lei n.º 155/2008, 2008.08.07, MADRP,
Altera o Decreto-Lei n.º 64/2000, que transpõe a Directiva n.º 98/58/CE, que estabelece as normas mínimas comuns relativas à protecção dos animais nas explorações pecuárias.

▪ Decreto-Lei n.º 156/2008, 2008.08.07, MADRP,
Altera o Decreto-Lei n.º 560/99 relativo à rotulagem, apresentação e publicidade dos géneros alimentícios destinados ao consumidor final, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2007/68/CE, que altera o anexo III-A da Directiva n.º 2000/13/CE, no que respeita a determinados ingredientes alimentares.

▪ Decreto-Lei n.º 157/2008, 2008.08.08, PCM
Estabelece o regime de articulação de procedimentos administrativos de consulta pública e publicitação aplicável aos projectos reconhecidos como de potencial interesse nacional (PIN).

▪ Decreto-Lei n.º 158/2008, 2008.08.08, MADRP
Altera o Decreto-Lei n.º 265/2007, que visa assegurar a execução e garantir o cumprimento, no ordenamento jurídico interno, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1/2005, relativo à protecção dos animais em transporte, fixando simultaneamente as normas a aplicar ao transporte rodoviário efectuado em território nacional, bem como ao transporte marítimo entre os Açores, a Madeira e o continente, assim como ao transporte entre ilhas.

▪ Lei n.º 40/2008, 2008.08.11, AR
Procede à décima quinta alteração ao Código de Procedimento e de Processo Tributário, repondo o regime jurídico da caducidade das garantias prestadas em processo tributário.

▪ Desp. Normativo n.º 38/2008 (II Série), 2008.08.13, MADRP
Produtos tradicionais.

▪ Portaria n.º 896/2008, 2008.08.18, MFAP/MEI
Altera a Portaria n.º 1288/2005, que aprova o modelo, edição, preço, fornecimento e distribuição do livro de reclamações a ser disponibilizado pelos fornecedores de bens e prestadores de serviços abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 156/2005

R.A.AÇORES

▪ Portaria n.º 68/2008, 2008.08.07, SRAF
Aprova o Programa de Apoio à Modernização Agrícola (PROAMA)

COMUNITÁRIA

§ Regulamento (CE) n.º 777/2008, 2008.08.04, L 207
Altera os anexos I, V e VII do Regulamento (CE) n.º 1774/2002 que estabelece regras sanitárias relativas aos subprodutos animais não destinados ao consumo humano.

§ Regulamento (CE) n.º 839/2008, 2008.07.31, L 234
Altera o Regulamento (CE) n.º 396/2005 no que se refere aos anexos II, III e IV relativos aos limites máximos de resíduos de pesticidas no interior e à superfície de determinados produtos.